



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELOISA DOS SANTOS DESTRO

**RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: concepção das
professoras**

Araranguá
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELOISA DOS SANTOS DESTRO

RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção das professoras de instituição pública de educação infantil, relação família e creche

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Especialização em Docência da Educação Infantil, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Pólo Araranguá, como requisito parcial a obtenção de título de Especialista na Docência em Educação Infantil.

Prof^a. Orientadora: Dra. Regina Ingrid Bragagnolo

Araranguá

2014

ELOISA DOS SANTOS DESTRO

RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção dos professores de instituições públicas de educação infantil, relação família e creche

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Araranguá, ____ de Setembro de 2014.

Dra. Soraya Franzoni Conde
Coordenador (a) do Curso

Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof^a. Dra. Regina Ingrid Bragagnolo
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof^a. Msc. Raquel Barbosa
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof^a. Msc. Giseli Day
Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

Suplente: Prof^a. Dra. Caroline Machado Moon
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

“Educação gera conhecimento, conhecimento gera sabedoria, e só um povo sábio pode mudar seu destino”. (Samuel Lima)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar saúde, força e fé em todos os momentos da minha vida, por ter conduzido o meu caminhar, capacitando-me e dando forças para suprir todas as barreiras e nunca me fazer desistir daquilo que sempre desejei em minha vida, mostrando, a cada dia, que seu amor é essencial e grandioso, pois sem FÉ em nosso Senhor, não teria chego até aqui, com Ele tudo é possível.

Aos meus pais, por todo amor, carinho, preocupação, generosidade; por sempre me incentivar, suportando todos os momentos da minha vida. Com o incentivo e apoio a minha educação. Aos meus familiares que de longe ou perto, sempre apoiaram minhas escolhas e torceram por mim nesta caminhada. O meu muito Obrigada!

Ao meu sobrinho e afilhado Victor, pela criança maravilhosa que é, por todo o carinho, amor e sorrisos sinceros; por me fazer sentir bem a cada abraço e brincadeiras que compartilhamos. Obrigada por me fazer sentir, em cada gesto carinhoso e palavras doces, que o amor é fundamental.

As professoras do curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Infantil, me fazendo perceber e entender a mágica que é estar nesse ambiente repleto de magias e encantos, hoje eu consigo reconhecer que a minha carreira profissional é junto a Educação Infantil.

A minha Orientada, Prof^a Dra Regina Ingrid Bragagnolo, pela paciência, pelo acolhimento e apoio. Por compartilhar de seu conhecimento, pelo seu olhar atento, por me fazer refletir sobre o processo do estudo e escrita. Agradeço por me fazer refletir, estudar e aprender mais. Obrigada por me orientar.

A todos, meu eterno agradecimento.

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender o modo como as professoras entendem a relação família e creche em uma instituição pública de Educação Infantil da cidade de Araranguá. Por meio dos objetivos específicos, buscou-se identificar a concepção de família para as professoras desta instituição e sistematizar a partir das narrativas as experiências estabelecidas pelas professoras com as famílias. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo, da qual foram organizadas categorias de análise a partir das informações construídas com as narrativas das entrevistas individuais com as professoras. Os resultados evidenciam que os/as profissionais de educação reconhecem a necessidade do envolvimento da família com as instituições de educação infantil, ao mesmo tempo que percebem que muitas barreiras são criadas pelas próprias instituições e dificultam a participação efetiva das famílias do percurso formativo dos/as filhos/as.

Palavras-chave: Relação Família-creche. Infância. Barreiras.

SUMÁRIO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	12
2 CONCEPÇÃO FAMÍLIA E CRECHE	14
2. 1 CONCEPÇÃO HISTÓRICA DE FAMÍLIA.....	14
2.1.2 Algumas pesquisas sobre família e creche	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
4 ANÁLISE DE DADOS	28
4.1 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA	28
4.1.1 Família: agrupamento de pessoas	28
4.1.2 Famílias: arranjos normativos	29
4.1.3 Famílias: diferentes arranjos.....	30
4.1.4 Famílias: rompimento da definição consanguínea	31
4.2 RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO EDUCATIVAS: ALGUMAS POSSIBILIDADES	32
4.2.1 Relação família e creche.....	32
4.2.1.1 Preocupação com o aspecto físico	33
4.2.3 Desinteresse dos pais com os conhecimentos adquiridos por seus filhos?.....	34
4.3 INSTITUCIONAL	36
4.3.1 Ausência de projetos.....	37
4.3.2 Criação de métodos na relação família e professor e barreira no relacionamento .	38
4.3.3 Expectativas em relação às famílias.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS	48
ANEXO A: PESQUISA: RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	49

1 INTRODUÇÃO

Dizem que a vida é pra quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto.
A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar
e humilde o bastante para aprender.
(Clarice Lispector)

A escolha deste tema se deu por meio do desejo de querer investigar a concepção de família para as professoras do Centro de Educação Infantil (C.E.I), da rede pública de Araranguá - SC, com a intenção de compreender o modo como se relacionam e estabelecem diálogos com as famílias. A partir da trajetória reflexiva e prática constituímos o tem deste trabalho, qual seja, investigar as ações que contribuem para a integração da família e instituição de educação infantil.

O encontro com a rede pública iniciou em 2009, na qual permaneci até o fim de 2013. Durante esse período atuei em diferentes creches da cidade, sempre observando algumas atitudes das crianças que despertavam e despertam minha curiosidade e dúvidas. Como exemplo de tais atitudes, pode-se citar o fato de que algumas crianças demonstram interesse pelo corpo do colega, explícito nos jogos sexuais ou brinquedos; crianças irritadas quando alguém não lhes dá o que querem, crianças que não aceitam o não, empurram objetos, colegas e professores quando contrariadas, mostram a língua quando a professora chama a sua atenção, dão mordidas e tapas nos colegas, entre tantas outras que demandam de reflexões.

A observação de tais ocorrências no cotidiano pedagógico, me impulsionaram a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, concluído no fim do ano de 2010, na cidade de Araranguá. O tema de pesquisa do trabalho, foi voltado para as mediações das relações sociais e familiares sobre o desenvolvimento infantil, considerando que as ações/atitudes dos pais eram um fator responsável pelos comportamentos que as crianças levavam para a creche. Iniciei o curso de pós-graduação em docência na educação infantil, querendo ainda investigar essas relações familiares na educação infantil, direcionando agora esse olhar para o que os/as professores/as da rede pública pensam a respeito das famílias das crianças e de que forma esses professores costumam ter um diálogo com os pais e responsáveis durante o percurso formativo na creche.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Na sociedade atual, localiza-se uma estrutura familiar, como responsabilidade primária por garantir as devidas condições para a sobrevivência e desenvolvimento da criança. Neste sentido, cabe à família a responsabilidade essencial pelo indivíduo em formação, a citar-se alimentação, saúde, educação, erradicação do trabalho infantil, entre diversos outros fatores essenciais para a proteção integral da infância e adolescência.

Vale ressaltar que a família é o ambiente direto de convívio do indivíduo e, assim, deve primar por sua proteção. Todavia, sociedade e Estado também têm papel essencial na proteção da criança e adolescente, bem como no desenvolvimento de políticas e ações que melhorem suas condições de vida.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, ECA, 1990).

É no seio familiar que a criança inicia sua interação com o ambiente social, já que a família leva a criança a conhecer a cultura do local onde está inserida, ensina valores e crenças, apresenta conceitos de certo e errado, além de demonstrar as normas existentes para o adequado convívio social, mediando, assim, as relações com outras pessoas.

Por outro lado, quando a criança é inserida em uma instituição educacional, outras concepções, normas, crenças e referências lhe serão impostas ou ensinadas. Como se dão as mediações entre sujeito e sociedade nas instituições educacionais? Qual a relação que instituição educativa estabelece com as famílias?

No ano de 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, posteriormente pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), criou-se um novo conceito de atendimento a infância, dando início à “luta por creche” a fim de favorecer as famílias trabalhadoras, tornando estes espaços como direito social de toda criança à educação, sendo destacado como dever do Estado o atendimento destas crianças (BRASIL, 2009).

Conforme a Lei Nº 9.394 de 1996 (BRASIL, Lei Nº 9.394, 1996):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Compreende-se, assim, que a escola tem o dever de prover o desenvolvimento da criança, porém, não pode ser a única responsável por tal desenvolvimento, sendo que precisa encontrar como complemento a ação da família e de todo o contexto social em que a criança se encontra. Para tanto, torna-se necessário que o Estado assuma sua cota de responsabilidade na educação das crianças, complementando a educação familiar, através de instituições educativas que são espaços privilegiados de convivência, construção de identidade e ampliação dos saberes (BRASIL, 2009).

As discussões nos movimentos sociais garantiram avanços no campo da educação, no que diz respeito ao direito das crianças de acesso à educação. Observa-se, do mesmo modo, que as concepções de família vêm se modificando no cotidiano atual, ou seja, surge, no âmbito social e inclusive jurídico, um alargamento no conceito de família, a partir das discussões dos movimentos sociais, que reivindicaram o reconhecimento do casamento homoafetivo, e adoção de casais homossexuais, para exemplificar.

A sociedade contemporânea não permite uma conceituação única sobre a família, pois são vários arranjos familiares coexistentes que possuem suas especificidades, com valores peculiares, sejam eles tradicionais ou não, com famílias operárias, burguesas, rurais, de cidades interioranas, indígenas, entre outras, caracterizando as particularidades das famílias brasileiras.

Entender toda a problemática sobre a constituição da família nos reporta à ampliação das discussões da qualidade no atendimento na educação infantil, e esse, por sua vez, à necessidade de pensar/elaborar as diversas parcerias possíveis com os pais e responsáveis pelas crianças. Essa questão torna-se fundamental, na medida em que a criança, enquanto um sujeito de direitos, deve ter garantido um atendimento de qualidade nas creches e pré-escolas. E esse direito a educação, está definido em uma normativa legal - Constituição Federal de 1988 – o qual reconhece a Educação Infantil como um dos requisitos básicos da Educação Básica (BRASIL, 2010)

Esse direito foi produzido a partir de debates nacionais e internacionais, sendo explicitado em diferentes normativas legais como:

Declaração dos Direitos da Criança, mais conhecida como Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394 (1996) (BRASIL, PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2005, p. 44).

A partir dessas conquistas a Educação Infantil vem passando por constantes revisões sobre a educação dessas crianças em espaços coletivos, sobretudo a relação da prática pedagógica mediadora da aprendizagem e desenvolvimento, e seus desdobramentos no cotidiano educacional, que envolve as diferentes mediações, inclusive familiar (BRASIL, 2010).

Encontra-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) a definição de que é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública e de qualidade, sem requisito de seleção, devendo ser a criança vista como um sujeito histórico e de direitos nas interações sociais, nas vivências do dia a dia por meio das quais ela constrói sua identidade pessoal e coletiva.

Ainda, é importante lembrar que na década de 90 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como os Conselhos Tutelares foram instituídos para garantir o direito ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. É uma exigência legal existente em todo o país, representando a não violação dos direitos das crianças e adolescentes.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2007) após uma grande manifestação nacional, em prol dos direitos e melhoria de qualidade de vida para as crianças e adolescentes, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 13 de Julho de 1990. A partir disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA passou a assegurar que as crianças e os adolescentes sejam considerados sujeitos de direitos, pelo Estado, Família e Sociedade. Uma concepção jurídica de proteção à infância e adolescência foi estabelecida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, a população mais jovem deixou de ser considerada como menores e passaram a ser considerados como sujeitos de direitos. De acordo com Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2007, p. 08) “O ECA estabeleceu a criação de uma rede de proteção, responsável por garantir e zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente”. E ainda aborda que:

[...] aprovada por unanimidade pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de Novembro de 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi a principal referência para a elaboração do ECA. Além de sistematizar as bases da Doutrina da Proteção Integral da Infância e da Adolescência, ela estabelece os princípios gerais de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescente e cria uma série de responsabilidades para os países signatários (CONANDA, 2007, p. 14).

De acordo com o ECA, Lei no 8.069, de 13 de Julho de 1990, artigo 3º:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Além disso, o ECA também garante direitos referente à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura, liberdade e convívio familiar. Esta concepção de infância é criada e regulamentada pelos mecanismos políticos, judiciários e sociais. Esses mecanismos deveriam garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam cumpridos. As crianças e adolescentes são considerados como pessoas em condição de desenvolvimento, sujeitos em constantes mudanças, ou seja, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente afirma que:

[...] são detentores de todos os direitos que têm os adultos e mais aqueles especiais ao seu ciclo de vida, a sua idade, ao seu processo de desenvolvimento. Isso porque não estão capazes, ainda, de prover suas necessidades básicas sem prejuízo ao seu desenvolvimento pessoal e social (CONANDA, 2007, p. 25).

De acordo com essa legislação, dentro de cada município brasileiro existe o Conselho Tutelar. Segundo o ECA (1990), artigo 131 traz em suas abordagens que “o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

Assim, o Conselho Tutelar tem como objetivo fazer com que as leis criadas pelo ECA não fiquem somente no papel e se tornem realidade. O Conselho Tutelar trabalha para a efetivação de grandes transformações referente ao atendimento a infância e adolescência e para que as violações dos direitos da criança e do adolescente sejam resolvidas rapidamente, sem a necessidade de contatar o Poder Judiciário.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente diz que:

[...] as definições do ECA, os Conselhos têm como missão zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, agindo concretamente toda vez que houver ameaça ou violações desses direitos. Para cumprir com eficácia tal missão, portanto, o conselheiro tutelar deve conhecer e executar com qualidade as atribuições que lhe são confiadas pelo Estado (CONANDA, 2007, p. 96).

Por fim, o Conselho Tutelar tem como função averiguar as necessidades que implicam na não execução das leis, aplicando medidas voltadas a garantia dos direitos de uma grande parte da população.

Sob este prisma, pode-se afirmar que legalmente existem diferentes dispositivos que esclarecem a importância e a necessidade tanto da intervenção do Estado no processo educacional, quanto à importância da família como um mediador entre a criança e o contexto social no qual está inserida. Não há um único responsável, mas diferentes responsáveis que precisam assumir suas obrigações e, assim, conduzir a criança ao alcance total de seu potencial de desenvolvimento e aprendizagem.

Para guiar o desenvolvimento do presente trabalho, objetivos foram estabelecidos de acordo com o campo de estudos e com o tema selecionado, de modo que se soubesse aonde queria chegar e quais os caminhos precisava seguir para tanto.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender o modo como as professoras entendem a relação família e creche.

1.2.2 Objetivos específicos

Identificar a concepção de família para as professoras de Educação Infantil.

Sistematizar, a partir das narrativas, as experiências estabelecidas pelas professoras e a instituição com as famílias, de modo a verificar como é a relação das professoras da creche com a família.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Para a melhor compreensão e maior clareza, este trabalho foi organizado em capítulos, sendo que cada capítulo aborda uma parte importante do estudo. O primeiro capítulo oferece uma visão geral sobre o tema, o problema de pesquisa, os objetivos do trabalho e a organização do estudo. O segundo capítulo explicita conceitos importantes para essa pesquisa, ou seja, as concepções de família e creche e as pesquisas conduzidas sobre o tema nos últimos anos.

O terceiro capítulo aborda a metodologia de pesquisa utilizada para a condução do processo de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. O quarto capítulo encampa a análise dos dados coletados, visando melhor esclarecer as opiniões dos sujeitos respondentes da pesquisa do estudo.

O quinto e último capítulo traz as considerações finais obtidas após a realização de todo o estudo e da análise de dados e, por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para a construção da base teórica do presente trabalho.

2 CONCEPÇÃO FAMÍLIA E CRECHE

2.1 CONCEPÇÃO HISTÓRICA DE FAMÍLIA

Para compreender a relação entre instituição educativa e os responsáveis pelas crianças que estudam em tais instituições, busca-se, inicialmente, compreender a concepção de família através dos tempos, de acordo com estudos e visos de diferentes autores (as). Conhecer o contexto histórico da constituição da família é importante para que se torne possível compreender as transformações que ocorreram ao longo do tempo na estrutura de tal instituição.

Cite-se que estudos variados vêm sendo conduzido com o intuito de compreender as características atuais da composição familiar, assim como identificar as alterações sofridas em tal estrutura ao longo do tempo. Neste sentido, Simionato e Oliveira (2003, p. 57) esclarecem que “profissionais das mais diversas áreas têm focalizado a família como objeto de estudo a partir da constatação de que ela desempenha papel fundamental no desenvolvimento e manutenção da saúde e no equilíbrio emocional de seus membros”.

Compreender a família permite, assim, que se estabeleça uma visão mais ampla sobre sua influência no desenvolvimento do indivíduo, na formação de suas características psicossociais, na estruturação de suas próprias normas e conceitos, entre tantas outras características dos indivíduos. Ao compreender a família torna-se possível verificar de que forma as conexões familiares atuam sobre o contexto social, como alteram a sociedade de forma geral e como a família é alterada pelas mudanças no contexto social (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

A partir desse pressuposto, apresentar-se-á brevemente a história de família foi sendo constituída nos séculos anteriores. Uma primeira questão importante de retomar diz respeito ao modo como diversos estudos apontam que as famílias sofrem transformações, dependendo do conceito de cultura. Seguindo a presente discussão apresento: a origem das famílias, o que é família, e como ocorrem estas transformações. Ao analisar a origem do conceito de família, o que é família, encontramos muitas questões em torno deste processo. Assim, procurou-se ao longo desse TCC entender as formações familiares hoje, como estão organizadas a partir da lógica histórica e culturalmente constituída.

É preciso ter em mente que a família é uma das hastes do tripé da educação infantil e permite compreender melhor a criança. “A família, primeira célula de organização

social, vem evoluindo gradativamente, desde os tempos mais remotos até a atualidade” (DILL; CALDERAN, 2011).

Relevante enfatizar que existem inúmeras e variadas concepções acerca da família, sua estrutura, formação, conceitos e mudanças, pois assim como os indivíduos diferem consideravelmente entre si, assim suas visões e concepções de família serão diferenciadas (WALD, 2004).

Compreende-se, assim, que não há um conceito único, específico e considerado como correto, de fato, diferentes conceitos atendem à caracterização da família em diferentes sínteses. “O conceito de família pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem o define, do contexto social, político e familiar em que está inserido” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 57).

Sob este prisma, pode-se afirmar que, atualmente, as famílias são formadas por pessoas ligadas por laços consanguíneos ou não, organizadas em diferentes arranjos de pessoas agrupadas em um contexto mais amplo, sendo o afeto o ponto mais relevante para a formação da organização familiar. “Os conceitos podem ser diversos, mas um ponto comum é que a união dos membros de uma família, com ou sem laços consanguíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 58).

A história oferece inúmeros registros sobre a família, considerando-se que diferentes estudiosos buscam, ao longo dos anos, estudar o tema de modo mais completo e aprofundado. Fonseca (1999) declara que a história social da família foi documentada por historiadores demográficos, a partir do século XVI, utilizando-se de registros de batismo, casamento e morte nas igrejas. De posse de tais dados os historiadores começam a fazer um pequeno levantamento de como eram constituídas as famílias e como foram alterando-se ao longo dos tempos.

Alguns historiadores acreditam que o século XVIII foi um período de expressivas mudanças quanto aos padrões familiares, devido a fatos como o crescimento populacional ter ficado mais lento, o casamento tardio se comparado com períodos anteriores, devido à falta de generosidade dos patriarcas das famílias para com seus filhos no que se refere à herança por eles recebida, entre outros (FONSECA, 1999).

Segundo Fonseca (1999), é essencial enfatizar que com o crescimento do número de crianças abandonadas pelas famílias, o poder público viu-se diante da necessidade de assumir a responsabilidade pelos órfãos e abandonados, de modo que tais indivíduos tornaram-se um problema para os governos, tornando um peso econômico no Estado. Relatos

encontrados sobre o abandono estão concentrados na França entre os séculos XVIII e XIX, período em que o abandono das crianças era justificado por um fator econômico entre as famílias. Foi no final do século XIX que se iniciou a criação de políticas para acompanhar as famílias trabalhadoras e, a partir de então, é que foi percebida a relevância dos cuidados de família para o desenvolvimento educacional das crianças de forma efetiva (FONSECA, 1999).

Essa historiografia permite compreender melhor as contribuições dos estudos iconográficos de Ariès (1978), sobretudo no que diz respeito ao lugar da criança na família. As transformações socioeconômicas derivam de mudanças na história social, e acabaram exigindo uma nova concepção de organização social (FONSECA, 1999).

Com base na análise iconográfica representada nos quadros da Idade Média, Ariès (1978) conclui que o sentimento de família, da forma como conhecemos hoje, era desconhecido e nasceu no século XV e se consolidou no século XVII. Naquele período o único sentimento considerado familiar era o da linhagem, sendo caracterizado como descendência entre as pessoas.

Ariès (1981, p. 50) declara que “até por volta do século XII a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.

Segundo o autor supracitado, as famílias da época entendiam que as taxas de mortalidade infantil eram elevadas e que o apego à criança poderia significar um grande sofrimento em um futuro próximo.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um ‘pobre animal suspirante’, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (HEYWOOD, 2004, p. 87).

Em face disso, não existia para a criança um papel de relevância no seio familiar, pelo menos não antes de passar pela idade crítica estabelecida nos anos iniciais de sua vida.

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de ‘paparicação’ – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 10).

Após tal período um novo lugar foi consolidado pela família nos séculos XVI e XVII, o nascimento e o desenvolvimento do sentimento da família, sendo vista e reconhecida como um valor de emoção e sentimentos.

Nessa mesma época, ocorreram mudanças nas atitudes dos adultos para com as crianças. Na medida em que a família se transforma, modifica também suas relações com as crianças. Segundo Ariès (1978) os pais mantinham seus filhos em casa até os sete ou nove anos de idade, após mandavam para casa de outras famílias, para que assim ingressassem na vida dos adultos. O autor ainda aborda que:

Eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos (portanto, até entre cerca de 14 e 18 anos). Elas são chamadas então de aprendizes. Durante esse tempo, desincumbem-se de todas as tarefas domésticas. Há poucos que evitam esse tratamento, pois todos, qualquer que seja sua fortuna, enviam assim suas crianças para casas alheias, enquanto recebem em seu próprio lar crianças estranhas (ARIÈS, 1978, p. 154).

Os ingleses acreditavam que recorrendo às crianças de outras famílias seriam mais bem servidos do que eram por seus próprios filhos. A aprendizagem dos infantes no período se dava por meio da prática, dos serviços domésticos, que os mais velhos passavam para as crianças, a bagagem de conhecimentos e experiência prática, bem como a visão de valor humano que pudessem transmitir. Para Ariès (1978, p. 158):

[...] isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhe tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer a obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental.

Após tal período a educação das crianças passou a ser um dever da escola, que não era reservada aos clérigos, mas tornou-se um instrumento de iniciação social para todos os indivíduos, colaborando na passagem do estado da infância ao do adulto. Com o objetivo de isolar as crianças do mundo dos adultos e com a preocupação dos pais em querer ficar mais perto de seus filhos, surge uma maior aproximação entre famílias e crianças, alterando-se completamente aquele papel de indivíduo sem importância para o centro da estrutura familiar. (ARIÈS, 1981).

A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p. 12).

Diante dessa maior aproximação entre pais e filhos, uma nova reorganização de estrutura/arranjo familiar começa a se moldar em toda a sociedade, sendo que os resultados dessa mudança ocorrida no passado ainda refletem na sociedade atual e na composição familiar conhecida no presente.

A família constituída por pai, mãe e filhos, uma família nuclear burguesa, não era constituída de tal maneira em outras épocas, foi por meio de constantes mudanças nas instituições como o Estado e a Igreja que se começou a valorizar o sentimento da família. Segundo Ariès (1978 *apud* SZYMANSKY, 2007, p. 47) “isto significa que os laços familiares começaram a ser reconhecidos socialmente e a educação e criação de crianças nascidas da união de um casal passa a ser, cada vez mais, da responsabilidade da família”.

A família sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Graças a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, a despeito das intensas crises sociais. Ela é ainda a matriz mais importante do desenvolvimento humano e também a principal fonte de saúde de seus membros. Apesar de todas as mudanças sociais, culturais e econômicas que alteraram a estrutura da família (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 59).

De acordo com Szymansky (2007), a Constituição Federal Brasileira de 1988 inclui alterações na concepção legal de família, quebrando o paradigma de que o homem seria a principal fonte de renda da família, mas isso se tornou dever do homem e da mulher. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho abalou as estruturas da sociedade, pois anteriormente, sua função era apenas do cuidado de casa e de seus filhos.

Quando ficavam viúvas, ou ainda as mulheres empobrecidas, eram obrigadas a buscar o sustento de seus filhos de alguma maneira. Probst (2005) esclarece que tais mulheres eram desvalorizadas pela sociedade, vistas como mulheres sem valor, sem honra. Depois de expressiva luta por seus direitos, a partir da década de 70, a mulher vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho, ela amplia a imagem até então predominante de esposa, mãe e dona de casa, apenas, tornando-se, também, a chefe da família.

Não se pode dar atenção apenas aos conceitos de famílias que ocorreram ao longo dos séculos. Insta citar que a organização familiar bastante percebida no passado, caracterizada por famílias convencionais, abre espaço para as estruturas homoafetivas, monoparentais, entre tantas outras (MACHADO, 2001).

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas ‘produções

independentes' tornam-se mais frequentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Não se pode deixar de citar, ainda, que a legislação brasileira vem se alterando e se atualizando, de modo a acompanhar essas alterações no perfil social e familiar.

A família regulada pelo Código Civil de 2002 passa a representar limitada forma de convivência, reconhece-se a existência das famílias monoparentais, identificadas constitucionalmente, o que reflete efetiva conquista nos rumos do reconhecimento de novos núcleos de relações de afeto e proteção, gerando, inclusive, direitos patrimoniais (PEREIRA, 2004, p. 634).

François (2000 *apud* MACHADO, 2001, p. 03) ressalta as mudanças que as instituições familiares apresentam no decorrer da segunda metade do século XX, nos países desenvolvidos sem poder esquecer-se daqueles da América Latina: “o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens, dos divórcios, das famílias pequenas, das famílias monoparentais, recompostas, do trabalho assalariado das mulheres”.

Para a autora é essencial ter em mente que no Brasil, vem se fortalecendo a ideia de uma nação complexa, formada a partir das diversidades e, assim, composta por diversas formas e modelos de famílias, diferenciada por classes, culturas, regiões e outros critérios. O historiador Gilberto Freire acredita que a estrutura familiar utilizada como modelo no passado, o modelo da família patriarcal, apesar de ainda ser percebido no contexto social atual, já não é mais predominante ou exclusivo, já que outros arranjos familiares passaram a ter visibilidade fugindo ao conceito exclusivo aceito no passado (MACHADO, 2000).

O valor do individualismo era mais especificamente das classes médias, porém, para as famílias de classes populares o valor de família é estabelecido por um conjunto de reciprocidade, obrigações e dádivas. Para as classes altas o valor de família é constituído de recursos políticos e transformação dos recursos de capital social em capital econômico e político (MACHADO, 2001).

Com o passar do tempo a família deixou de conviver em grandes grupos para aos poucos se individualizar, fortalecendo seus laços. Nessa trajetória muitos foram os motivos que uniram a família. Na Antiguidade houve épocas, como o estado selvagem, onde era a busca pela sobrevivência que unia a família. No entanto, com sua evolução o que realmente passou a uni-la foi a religião. De acordo com Fustel de Coulanges, se nos reportarmos aos nossos antepassados, encontraremos em cada lar um altar, no qual se cultuavam oferendas e cultos aos mortos e aos deuses. A família reunia-se ao redor do altar a cada manhã para iniciar o dia com orações, e à noite para ofertar preces de agradecimentos. Sob esta argumentação, pode-se dizer que foi a religião que transformou a família em um corpo (DILL; CALDERAN, 2011).

Atualmente, a família deixou de ser unicamente estruturada por pai, mãe e filhos, construída pelo casamento formal, por serem caracterizadas pela união estável. Grupos formados por algum dos pais, ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, por mãe solteira e seu filho, a união de homossexuais, ainda não estão sendo reconhecida pela lei.

“Essa nova concepção se constrói, atualmente, baseada mais no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento. É considerada por uma constelação de pessoas interdependentes girando em torno de um ‘eixo comum’” (SZYMANSKY, 2007, p. 64).

Com as interferências que ocorreram em torno da família, fica cada vez mais difícil definir sua natureza, em que configuram respostas distintas seja ela cultural e social. A partir disso o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduz a ideia de proteger legalmente as crianças de seus próprios familiares, principalmente no que tange a ocorrência de abuso familiar, ao mesmo tempo em que garante o direito básico a elas.

Segundo Sarti (2007, p. 24-25):

É importante destacar esse aspecto por contribuir para a ‘desidealização’ do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres definidas como desestruturadas ‘incapazes de dar continência a seus filhos’ sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres.

Com base a isso, podemos caracterizar as famílias como uma abordagem que se define como uma história que se conta a outras pessoas ao longo do tempo, por meio de palavras, gestos e atitudes sendo por eles reproduzida e ressignificada, ou seja, a família é caracterizada como um discurso sobre si próprio tomando como um discurso oficial.

Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade. Cada família constrói história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em, que expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem (SARTI, 2007, p. 26-27).

Essa definição leva ao pensamento de que cada família se caracteriza como tal, na maneira que ela está inserida na sociedade, ou seja, no contexto que ela vive. Recorde-se que a expressão família é derivada etimologicamente do latim “*famulus*” e essa expressão e/ou entidade familiar.

Para Nogueira (2007) se constituía em sua origem, através da imagem do marido e da mulher. No entanto, depois se amplia com o surgimento da prole, ou seja, os filhos de uma família ao construírem uma nova expressão de família, não perderam os vínculos com seus pais e ampliando com o nascimento dos seus filhos trazendo-os para o seio familiar.

Família são pessoas interligadas, apoiando-se no sentido de manter-se sempre em comunhão.

A família é um núcleo constitutivo do sujeito. É um sistema que une as pessoas que compõem, não apenas sobre o mesmo teto e com o mesmo sobrenome, mas, fundamentalmente, pelas representações que se constroem à medida que vão compartilhando o cotidiano (PAROLIN, 2005, p. 50).

Sendo a família de extrema importância na vida de um ser em construção, é por meio dela que a criança tem a primeira referência que possibilitará a constituição da sua identidade, ou seja, as relações familiares são mediadoras de um conjunto de valores, e representações.

2.1.2 Algumas pesquisas sobre família e creche

Cite-se a família como o primeiro contato entre indivíduo e sociedade, já que é com pais, mães, avós, tios e demais parentes, que os indivíduos começam a viver em um mundo amplo, composto por diferentes indivíduos, cada um deles com características próprias. A creche, por sua vez, é o primeiro contato do indivíduo com a educação escolar e a preparação para o convívio social, torna-se relevante identificar algumas das percepções de pesquisadores que tenham conduzido trabalhos na área.

“Neves (2004) estabelece a forma como se constrói essa relação – entre família e escola –, a partir das representações sociais que ambas têm de si e do outro sobre participação e atribuições de papéis” (CASANOVA; FERREIRA, 2011, p. 53).

Identificar pesquisas sobre o tema permite compreender de que forma o relacionamento entre família e escola é percebido por profissionais de diferentes escolas, bem como por diferentes pesquisadores. Assim como as pesquisas assumem formas diferentes, os participantes das diferentes pesquisas, e aqueles que participaram das mesmas pesquisas, apresentam diferentes formas de compreender sua relação com os pais (MARANHÃO; SARTI, 2008. CASANOVA; FERREIRA, 2011).

Com as alterações ocorridas no perfil das famílias atuais, insta citar que tais famílias iniciam uma busca por cuidado para seus filhos fora de suas residências, já que por diversas razões pode a família ficar impedida de proceder do cuidado, a citar o trabalho, doenças familiares, entre outros, com isso, não há como proceder do cuidado durante seus horários de trabalho. “A crescente demanda por creches revela uma tendência da família

contemporânea a buscar parceiros para conciliar cuidados e educação dos filhos pequenos e o trabalho materno” (MARANHÃO; SARTI, 2008, p. 172).

Carvalho (2005) afirma que o passar do tempo conduz a mudanças e assim como essas demandam de tempo para ocorrer, as pessoas envolvidas também demandam de tempo para habituar-se e adaptar-se a elas. Estas mudanças, quando não assimiladas, tornam-se dificultadores para os indivíduos, pois não conseguem atuar em sociedade do modo como os demais indivíduos atuam.

Apesar da preocupação dos pais ou responsáveis com a educação das crianças, muitas vezes eles não podem optar por uma creche que atenda suas demandas, respeitem seus próprios valores e tenham a mesmas percepções de sociedade e convívio, considerando-se que podem não conseguir vagas em creches públicas que se enquadrem em tais padrões, além de, muitas vezes, não poderem pagar os valores cobrados por creches particulares com características que sejam semelhantes as suas próprias características (MARANHÃO; SARTI, 2008).

O fato é que não há a possibilidade de uma creche atender às expectativas e se assemelhar aos conceitos de todos os pais ou responsáveis que as procuram, já que todos os indivíduos possuem suas próprias percepções e conceitos e, em grande parte dos casos, estas percepções são diferentes.

Apesar dos esforços de muitos profissionais de creche de interagir com as famílias, visando compartilhar a educação infantil, ainda há evidentes dificuldades de se lidar com o aspecto relacional do confronto entre os indivíduos envolvidos no cuidado da criança, dados seus pontos de vista diversos (MARANHÃO; SARTI, 2008, p. 172).

Não se pode afirmar, porém, que a culpa pelo relacionamento falho entre pais e creches deva ser atribuída apenas aos pais. De fato, em muitos casos os professores acabam por não compreender a importância de tal relacionamento.

Diante dos resultados apresentados por Lopes e Guimarães (2004), percebe-se que conhecer o que os pais/responsáveis sabem e entendem sobre a Educação Infantil pode auxiliar muito no processo de entendimento dos professores sobre suas funções de parceiros na educação dos pequenos (CASANOVA; FERREIRA, 2011, p. 53).

Há que se afirmar, ainda, que cada vez mais os pais vêm buscando construir uma interação com as instituições de educação infantil. Eles vêm buscando compreender como funciona o processo educacional de seus filhos e de que forma podem contribuir para isso. Além disso, muitos professores vêm chamando os pais para participar da vida escolar dos filhos, destacando a importância desse maior envolvimento.

Os resultados encontrados indicam que os pais se mostram cada vez mais disponíveis para o engajamento nas diversas atividades diárias, além do entretenimento. Na creche, há uma tendência de maior participação paterna quanto menor a idade do filho e enquanto não prevalecem os aspectos pedagógicos (CASANOVA; FERREIRA, 2011, p. 53).

Compreende-se, assim, que diferentes fatos precisam ocorrer para que a relação entre famílias e escolas torne-se uma realidade vantajosa para os alunos, pais, professores, instituições e sociedade. Os pais precisam não apenas compreender a importância de seu ativo relacionamento com o processo educacional de seus filhos, precisam também buscar compreender a instituição, suas regras, normas, percepções e conceitos e, com isso, podem chegar a um relacionamento mais próximo e direto (CARVALHO, 2005).

Os professores precisam compreender que, apesar de serem os profissionais preparados para proceder do cuidado e da educação de seus alunos, precisam respeitar as visões dos pais, de modo que não acabem por gerar conflitos desnecessários e, assim, afastar os pais da escola (CASANOVA; FERREIRA, 2011).

Um trabalho conjunto, claro e honesto entre as partes pode permitir que a criança seja beneficiada com educação de qualidade, os pais sintam-se tranquilos ao confiar seus filhos à instituição e os professores sintam-se reconhecidos e respeitados pelos pais e, com isso, todos serão beneficiados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um caminho que se encarrega de fornecer os elementos necessários para a aprendizagem, tornando o papel do aluno mais ativo. A metodologia de pesquisa contempla as regras da pesquisa, que norteiam desde os recursos para a identificação do problema, até a maneira dos registros. É entendida como um processo sistemático, lógico e coerente, tendo como objetivo principal a aproximação dos seres humanos aos fenômenos, por meio de compreensão e domínio dos mecanismos que os cercam.

De acordo com Demo (1995, p. 19):

[...] metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade colocam-se vários caminhos.

A pesquisa é um meio de investigação que visa descobrir as relações existentes entre os aspectos que envolvam os fatos, fenômenos situações ou coisas, ou seja, é um conjunto de atividades que busca chegar a um determinado conhecimento. Ruiz (1996, p. 48) afirma que:

[...] pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.

Entretanto, o planejamento da pesquisa é essencial, pois é por meio dela que determina o caminho para ser percorrido na investigação do objeto de estudo. Assim, para dar conta de atingir os objetivos, optou-se pela pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Por meio desta metodologia qualitativa, foi possível aplicar os procedimentos de pesquisa que contaram com o apoio de uma entrevista, com perguntas abertas e procedimento teórico/metodológico.

A temática/problemática está caracterizada como sendo de ordem qualitativo-descritiva, como já mencionado, e logo foi efetuada uma pesquisa de campo que teve como objetivo a investigação empírica da observação dos fatos e análise dos dados.

Oliveira (1997, p. 114) afirma que “o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação”. Este estudo dá margem a explicações de causa e efeito dos fatores que ocorrem, ou seja, busca analisar as influências ou causas de aparecimento dos fenômenos.

É de extrema importância esclarecer as necessidades do bom preparo do pesquisador, elaborando e explicando os instrumentos que varia de acordo com a pesquisa. A abordagem qualitativa não tem a função de empregos estatísticos, como sendo o principal fundamento de análise dos problemas.

[...] as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 1997, p. 117).

Neste sentido, trata-se de um trabalho de pesquisa conduzido de forma descritiva, visando apontar os dados identificados, de forma qualitativa. Assim, selecionou-se como local para a realização da entrevista um Centro de Educação Infantil - CEI situado na Cidade de Araranguá/SC. O CEI possui quatro salas de aula, 2 banheiros e uma cozinha. Possui 84 alunos, 8 professores, 4 trabalham no período da manhã, das 06h30m até 12h30m e as outras 4 professoras das 12h30min às 18h30min.

Para que a realização da pesquisa fosse concretizada, em um primeiro momento, contactou-se a coordenação da determinada instituição, apresentou-se a pesquisa e solicitou-se autorização para a realização da mesma. De posse dos dados coletados, organizou-se um quadro para facilitar a análise dos dados. Com base no quadro apresentado, elencou-se duas categorias, que serão analisadas e discutidas a luz do referencial teórico. Para garantir o sigilo de identidade dos sujeitos pesquisados, optou-se por caracterizar as professoras, por meio de nomes fictícios.

Quadro 01: descrição dos professores entrevistados

Nome Fictício	Escolaridade	Turma que trabalha	Idade	Tempo de Serviço	Tempo de Serviço na instituição	Carga horária	Vínculo com a instituição
Juliana	Magistério	Berçário	41 anos	5 anos	5 anos	20 horas	Carteira assinada
Rebeca	Graduação em Pedagogia	Maternal	25 anos	2 anos	1 ano e 6 meses	20 horas	Carteira assinada
Keila	Graduação em Pedagogia	Pré-escolar	41 anos	5 anos	2 anos	20 horas	Carteira assinada

Leila	Graduação em Pedagogia	Jardim I	26 anos	4 anos	4 anos	20 horas	Carteira assinada
-------	------------------------	----------	---------	--------	--------	----------	-------------------

Fonte: Desenvolvimento da acadêmica (2014)

Um total de 16 questões de perguntas abertas foi organizado e aplicado a cada um dos participantes, além de um pequeno questionário pessoal, visando compreender melhor o perfil das professoras participantes do estudo.

O CEI existe há cinco anos. O seu funcionamento é de período integral e de segunda a sexta-feira, em caráter público. A instituição conta com uma sala de berçário, uma de maternal, uma de jardim e uma de pré-escolar. A população entrevistada refere-se aos professores atuantes no CEI.

Lakatos e Marconi (2005, p. 225) apontam que:

[...] a população é conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, [...] consiste em explicar que pessoas ou coisas, fenômenos serão pesquisados, enumerando suas características comuns.

Optou-se por uma amostra simples intencional, a qual comportou tais sujeitos pesquisados: quatro professores da instituição de ensino citada acima.

De acordo com o que Oliveira (1997, p.159):

[...] amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos relativos essa parte, pode inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada.

Como já foi mencionado, para a realização da pesquisa optou-se por realizar uma entrevista com perguntas abertas. Por meio deste instrumento, surge a possibilidades de analisar o contexto de uma forma precisa e mais ampla. De acordo com Gil (1994, p. 113):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto uma forma de interação social. Mais especialmente, é uma forma de dialogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A entrevista realizada, denominada entrevista semi estruturada, foi organizada com o intuito de permitir ao pesquisador encontrar respostas para seus questionamentos e melhor compreender o tema da pesquisa.

Sobre a entrevista semi estruturada, Gil (1994, p. 120) esclarece que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se

desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. A entrevista foi um procedimento escolhido em função das suas capacidades em obter informações profissionais da educação e suas formas de interação.

O processo de entrevista foi conduzido nas dependências do CEI, durante o horário de aulas, buscando entrevistar sempre os professores que estivessem com algum horário livre, de modo a não interferir negativamente na condução de suas aulas. Procedeu-se da gravação de todas as entrevistas, para que, posteriormente, o pesquisador pudesse transcrever as respostas obtidas e melhor analisar seus significados para o estudo. Relevante esclarecer que aos professores foi reiterada a informação de que nenhum nome seria publicado, de modo que poderiam responder às perguntas sem nenhum tipo de receio.

Cada entrevista durou, em média, 30 minutos, sendo necessário destacar que alguns participantes falaram por mais tempo, outros por menos, de acordo com suas próprias percepções sobre o tema abordado. Com isso, tornou-se necessário deslocar-se até a escola apenas uma vez, tendo a amostra toda sido coberta em tal período. Os dados foram analisados com base no referencial teórico, proporcionando conceitos e definições para dar um significado às influências que as crianças recebem para a construção do desenvolvimento.

Frente à reflexão acerca da participação da família na vida escolar dos filhos, este capítulo apresenta uma abordagem de cunho qualitativo com o objetivo de explicitar e compreender o modo como as professoras entendem a relação família e creche.

Levando-se em consideração que pais e professoras são responsáveis pela formação social, cultural, afetiva, expressiva e cognitiva das crianças é importante reconhecer os papéis e as ações assumidas por cada um. Neste sentido, busco aqui analisar e identificar a concepção de família para as professoras de Educação Infantil; de que forma se dá a participação dos pais na referida instituição; o que as professoras pensam a respeito de família; a criação de vínculos e as consequências da participação da família no ato educativo.

4 ANÁLISE DE DADOS

Depois de coletar os dados e fazer a leitura dos mesmos, percebeu-se que poderiam ser elencados em duas categorias. A primeira categoria foi definida a partir das diferentes concepções de famílias presentes na sociedade atual, ou seja, qual o entendimento das professoras sobre o modo como definem os arranjos familiares. A segunda categoria apresentou a discussão sobre as relações entre família-creche, destacando a importância do processo de estabelecer relações afetivas entre família e instituição de ensino.

4.1 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA

Em um primeiro momento, buscou-se compreender, a partir das falas das entrevistadas, como a família é percebida pelos mesmos.

4.1.1 Família: agrupamento de pessoas

Ao longo da história, a família, passou por constantes transformações, que alteraram sua função social e conseqüentemente, seu significado. Em busca de reconhecer a maneira pela qual o processo histórico de articulação família-escola vem caracterizando, sobre o cenário escolar e seus agentes sociais, buscou-se ao longo deste capítulo aprofundar as concepções que as professoras apresentam a respeito do conceito de família. Em seguida, encontra-se a definição de família para uma das professoras:

Professora Juliana: Aqui no trabalho, o conjunto de nós todas juntas é uma família, às vezes meio tropeçada, mas é uma família. Então o grupo de colegas é uma família. Chegamos em casa, temos que estar bem com a nossa família, porque viemos trabalhar e temos que saber que também vamos ser famílias das crianças que estão esperando por ti “mãe”, pois as crianças convivem conosco praticamente o dia todo. Precisamos da família para ter o nosso trabalho.

Pode-se observar na narrativa acima, que a professora evidencia que família ‘é um grupo de pessoas que, de algum modo, convivem e se relacionam’. Nesse sentido, define que as profissionais de educação, no espaço da creche podem se constituir como família, podendo entender, por sua vez que a creche se configura como espaço educativo. Essa definição leva a pensar que cada família se caracteriza como tal, na maneira que ela está inserida na sociedade, ou seja, no contexto que ela vive.

A definição de família, a partir das relações estabelecidas entre as pessoas, pode ser pensada sob diferentes abordagens de família presentes na sociedade nos dias atuais. Segundo Sarti (2007, p. 24-25):

[...] a “desidealização” do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres definidas como desestruturadas “incapazes de dar continência a seus filhos” sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres.

Com base a isso, pode-se caracterizar as famílias a partir das relações de vinculação afetiva, inclusive estabelecidas no universo familiar, para além da lógica consanguínea e, portanto, faz sentido pensar o que Sarti (2007) explicita, que a desidealização do mundo familiar permite pensar as famílias para além de uma estrutura pré estabelecida. O conceito de família, para essa professora, pode ser pensado a partir das relações que se tem com outras pessoas ao longo do tempo, por meio de palavras, gestos e atitudes, sendo por eles reproduzida e ressignificada, ou seja, a família é caracterizada como um discurso sobre si, e esse pode ser tomando como um discurso oficial.

Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade. Cada família constrói história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em, que expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem (SARTI, 2007, p. 26-27)

Percebe-se a concepção de que a creche, enquanto espaço de convívio entre as pessoas, se configura como um espaço familiar e, portanto, está atrelado a uma concepção de família. Compreende-se essa questão, a partir da consideração da professora, ao referir-se ao fato de que muitas das crianças que convivem em tal espaço passam um período mais longo com suas professoras do que com seus pais. Além disso, pensando-se nos conceitos de Simionato e Oliveira (2003), a família está, atualmente, ligada diretamente ao afeto compartilhado entre os membros e, diante disso, descartar a creche como espaço familiar seria ignorar a atenção e o cuidado dos professores para com os alunos, e vice-versa?

4.1.2 Famílias: arranjos normativos

Ao iniciar o presente sub capítulo, é importante retomar a contribuição de alguns autores a respeito da definição construída socialmente de família, atrelada a arranjos normativos, ou seja, com definições/prescrições fixas dos papéis sociais existentes, bem como do “modelo” constituído como ideal. Quanto aos papéis de família, Samara (2000) ressalta algumas características ao modelo de família tradicional, antigamente conhecido:

Os papéis sexuais eram bem definidos, ao marido pertencia o poder de decisão indiscutível, a tarefa de proteger e prover o sustento da esposa e dos filhos. A mulher cabia a organização da casa e os cuidados com a família. Os costumes e tradições privadas e familiares eram apoiados e oficializados pelas leis e regras jurídicas (SAMARA, 2000)

Na narrativa das professoras:

Professora Juliana: Temos famílias, “famílias” que podemos dizer que até pra vir trazer a criança na creche, vem o pai, a mãe, a irmãzinha pela mão trazer, então sabemos que essa é uma família estruturada.

Professora Keila: Temos famílias mais centradas, estabilizadas.

De acordo com os relatos das professoras, extrai-se que a estrutura familiar é sólida quando existe uma conexão, um companheirismo entre os membros, que se acompanham nas tarefas cotidianas, compartilham experiências diversas e passam tempo juntas. Segundo Nogueira (2007, p. 02) a família é:

[...] uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laços de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam de descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam a entidade familiar pelo casamento.

As transformações que ocorrem com as mudanças sociais e econômicas, acabaram exigindo uma nova concepção de organização social. Esta concepção é diferente da lógica anteriormente instituída, que atrelava os laços sanguíneos como suficientes para que alguém pertença a uma família.

4.1.3 Famílias: diferentes arranjos

Embora algumas mudanças causem alterações no que se refere aos papéis parentais, a sociedade ainda mantém resquícios de toda a história familiar. Para Roudinesco (2003) a configuração contemporânea ou pós-moderna distinguiu-se das demais por incluir rupturas e recomposições conjugais, causando um enfraquecimento da figura paterna e feminilização do corpo social. Na fala das professoras, encontra-se;

Professora Juliana: Temos famílias de todos os tipos, sabemos de famílias que os pais são usuários de drogas, que não é uma família estruturada.

Professora Keila: Temos de todos os níveis.

Professora Leila: Eles moram com os avós, tios, etc. Eu tenho uma criança na sala que é assim, a mãe deu pra a avó criar.

Professora Rebeca: Algumas crianças são criadas pelos avós, outras pelos tios, porque a mãe é falecida e o pai está preso, eu sei que há essa família que não é comum, de pai, mãe e filhos.

Nas narrativas acima, as professoras reconhecem que mais do que uma lógica que se nomeava de estrutura familiar como sempre foi conhecida ao longo dos anos, muitas famílias se constituem para além da definição de pai, mãe, irmãos, avós paternos, avós maternos, tios, tias, etc.

Pensando-se no ECA, que estabelece a importância da família para a criança e seu desenvolvimento, não se pode mais buscar uma estrutura familiar padrão e utilizar-se apenas dela como a melhor forma de relacionamento familiar para a criança, é preciso compreender que qualquer formação familiar, baseada em respeito e afeto, é de veras válida.

Certamente todos os arranjos familiares são tão valiosos, independentemente se forem considerados monoparentais ou homoafetivos (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003), todavia, a forma de lidar com as famílias precisa considerar essa nova realidade, compreendendo-se que ainda existem e sempre irão existir na organização social, fatos que reiteram às estruturas iniciais de família, a citar-se o dia dos pais, dia das mães, etc. E nesse sentido, cabe aos profissionais da educação pensar como problematizar essas questões no cotidiano das instituições educativas.

As palavras de Dill e Calderan (2011) confirmam isso: “A família, primeira célula de organização social, vem evoluindo gradativamente, desde os tempos mais remotos até a atualidade”. Roudinesco (2003) também esclarece a alteração do perfil familiar como uma ocorrência corriqueira no presente, declarando que:

[...] a família do futuro “precisa ser reinventada”, pois cada vez menos ocorrem padronizações ou normalização da configuração familiar, sendo cada dia mais amplas as possibilidades de arranjos familiares e de desempenho de papéis (ROUDINESCO, 2003, p. 199).

Não existe mais um padrão de família, tampouco um padrão para a melhor atuação do professor diante da mesma. Cabe ao professor/a conhecer a família dos alunos, de modo que consiga compreender tanto o contexto que se está inserido como a forma de lidar com as situações que se lhe apresentam.

4.1.4 Famílias: rompimento da definição consanguínea

Não é possível afirmar que o fato consanguíneo pode ser ignorado. De fato, em um primeiro momento, a família é estabelecida pelos laços sanguíneos, pelo parentesco, sendo

preconizado pela lei como o melhor ambiente para a criança o seio familiar. (BRASIL, ECA, 1992).

Todavia, nem sempre os laços sanguíneos podem ser priorizados e, em muitos casos, acaba a criança sendo criada por um responsável que lhe dá atenção, cuidados e proteção necessários, porém, não há um laço sanguíneo direto entre as partes.

Professora Rebeca: Existem várias crianças criadas pelos avós e tios, que não são relações de sangue, mas que pelo sentimento não deixa de ser família.

Cite-se que apenas os laços sanguíneos já não são mais parâmetro essencial para a formação/configuração familiar. A família não está deixando de existir, ela apenas vem se adaptando a uma realidade social dinâmica, em constante processo de alteração. A este respeito, Perez (2007) afirma:

É comum ouvirmos que o grupo familiar, está em crise e, até mesmo se extinguindo. Na verdade, o que vem ocorrendo são mudanças nos papéis dos membros da família, em decorrência das alterações sociais que, por sua vez, acabam colaborando para a existência de diversas formas de constituição e modalidades de educação familiar. (PEREZ, 2007, p. 10)

Nesse sentido, pode-se pensar que não há mais uniformidade, os documentos normativos apontam a definição de família em qualquer configuração que ela assuma, desde que represente relações saudáveis para o desenvolvimento infantil. Assim, compreende-se que contemporaneamente há certa flexibilidade em relação aos arranjos familiares, por se referirem à capacidade cuidar dos filhos/as, porém, esta capacidade não está associada a uma definição biológica/sanguínea, e sim as relações de vínculos que se estabelecem entre os sujeitos (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

4.2 RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO EDUCATIVAS: ALGUMAS POSSIBILIDADES

4.2.1 Relação família e creche

Com o objetivo de perceber como é a participação da família no percurso formativo dos/as filhos/as, apresenta-se a seguir a família como contexto de desenvolvimento, a família e a escola como contexto de aprendizagem, revigorando o objetivo deste trabalho: identificar e analisar as relações da participação da família na escola.

4.2.1.1 Preocupação com o aspecto físico

Tomando como partida a premissa histórico-cultural de que os seres humanos se constituem nas relações que estabelecem no âmbito social, não poderíamos deixar de considerar as relações estabelecidas no espaço educativo. Partindo disso, os/as professores/as buscam, sem intenção de transferir responsabilidades e sim estabelecer diálogos, instituir formas de interações sociais que propiciem a participação e cooperação entre famílias e creches. Tornando evidente que os laços entre famílias e escola vão além do caráter meramente institucional estabelecido, e que esse contato entre ambas as esferas, deve acontecer de uma maneira contínua.

Com base nessa discussão as professoras entrevistadas relatam:

Professora Keila: Algumas famílias se importam em saber o que está acontecendo, se estão batendo, empurrando, ou se algum coleguinha está fazendo isso também.

Professora Leila: Tanto no comportamento, como também no que estamos ensinando.

Em outro relato da Professora Leila:

Eles querem saber se a criança está se alimentando, como está interagindo com os outros. Professora Leila.

Sob este prisma, pode-se afirmar que o interesse da família é, na maioria das vezes, concentrado no bem estar físico da criança, se não é agredida e se não passa necessidades. O relato quanto ao interesse sobre conteúdos ou desenvolvimento é superficial, demonstrando que esta preocupação não é prioritária para muitas famílias. A educação, base para o desenvolvimento futuro da criança, deveria ser uma preocupação tão relevante quanto o bem estar físico, porém, acaba sendo deixada em segundo plano ou, em algumas vezes ignorada. No que se trata de parcerias entre família-escola, Paro (2007, p. 10) aponta que:

[...] para funcionar a contento, a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ele deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações afetivas que contribuem para o bom desempenho do estudante.

Compreende-se, assim, que quanto maior for o envolvimento entre família e creche, maiores serão os resultados obtidos pela instituição no sentido de agregar conhecimentos e estimular o desenvolvimento da criança.

De forma geral, extraiu-se das respostas das professoras que a preocupação primária das famílias com seus filhos refere-se ao bem estar físico das crianças, com sua alimentação e com o fato de não serem agredidos por colegas ou outros integrantes da escola.

Professora Juliana: Eles apenas pensam: se o filho chega chorando na creche, será que estão sendo maltratados? Não, às vezes as famílias não entendem isso. Eu vejo que os pais se preocupam muito mais com outros tipos de coisas do que com a creche. Se o filho chegou em casa e não está machucado, está limpo?! Então está tudo bem.

Todavia, o papel da creche não é apenas de cuidar, alimentar e manter a criança a salvo de agressões, na verdade, a creche pode e deve iniciar o processo de ensino das crianças que ali estão, de modo que, aos poucos, a criança esteja preparada para os conhecimentos que deverá receber nos anos subsequentes. A este respeito, Carvalho (2005) aponta:

As creches e os demais serviços integrados destinados aos três primeiros anos de vida da criança, em virtude da grande experiência de relacionamento, podem fornecer instrumentos importantes no sentido de interpretar a cotidianidade familiar, pois trabalhadores e trabalhadoras da creche já elaboram sofisticadas competências, tornando-se hábeis no que temos chamado de arte do diálogo com a família. (CARVALHO, 2005, p. 692).

Surge, assim, um relevante questionamento: a creche só é importante porque cuida e prepara para o futuro? E os conhecimentos no hoje da criança? Ela é apenas um vir-a-ser? Cabe as famílias compreender que o futuro é construído a partir do presente e, assim, não basta valorizar apenas o que ela aprende para seu futuro, mas o que aprende para sua construção presente.

4.2.3 Desinteresse dos pais com os conhecimentos adquiridos por seus filhos?

Assim como muitos pais preocupam-se muito mais com o cuidado e com o âmbito físico da estada de seus filhos na creche, segundo as professoras, outros não apresentam nenhuma forma de preocupação.

Professora Juliana: Existem famílias de todos os tipos. Elas deveriam participar mais da creche, mais interesse pelos filhos. Então existe bastante desinteresse dos pais, ou talvez estejam, como sempre “ocupados” como dizem eles, tem outras prioridades. A família é que deveriam ser mais presente e querer saber mais da criança e da creche. Ser mais presente na creche. Pois fizemos a reunião, faz um bilhete, convida boca a boca e mesmo assim, então é falta de interesse dos pais.

Professora Keila: Falta de interesse deles talvez. Alguns já deixam na creche pra terem uma preocupação a menos durante o dia. Atendemos aqui a maioria são de baixa renda, e algumas crianças estão aqui mais, pra terem o que comer. Então eu tento ter esse contato a mais com os pais, mas não é uma questão tão fácil assim. O diálogo também é uma questão, os pais não gostam muito disso, eles tem dificuldades em querer saber o que está acontecendo com as crianças. Alguns pais são resistentes quando é solicitado para que levem para a creche talco, pomada, entre outros para uso dos filhos, a instituição recebe uma ajuda do município, mas essa ajuda não dá para o mês todo, então foi solicitado isso em uma reunião, para que os pais colaborassem com essa ajuda e muitos não gostaram. E isso é ruim para nós e principalmente para as crianças.

Percebe-se no relato das professoras, atrelado ao que elas denominam de falta de interesse dos pais, há um desafio para a creche quanto para a criança. Para a creche fica a dificuldade em lidar com as crianças que não são acompanhadas, cobradas e estimuladas em casa e, assim, acabam por não entender a importância da escola. Para as crianças, além da falta de atenção quanto aos seus estudos e ao seu desenvolvimento, surge a falta de apoio e a necessidade de trilharem seu desenvolvimento sozinhos, dentro do possível.

Gokhanle (1980) anuncia que:

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo escolar, a família tem sido, e será, a matriz mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. (GOKHANLE, 1980, p. 33)

Para ampliar a percepção da visão dos professores quanto à falta de interesse de muitos dos pais, cita-se mais alguns relatos das professoras entrevistadas.

Professora Keila: Eles não se interessam em perguntar o que eu trabalho, que tipo de atividade, por ser um trabalho pedagógico também. Eles vêm a creche como um favor que nós professores fizemos a eles. Vou deixar meu filho, pra ter onde deixar, para ir trabalhar.

Professora Rebeca: Eu espero que pelo menos as reuniões de pais eles sejam mais frequentes, só vem àqueles que não precisam vir. Espero mais essa atenção dos pais com os filhos. Vejo que é falta de interesse mesmo, por que quem quer de um jeitinho, porque naquela hora que vem deixar ou pegar no final do dia, dá tempo. Vejo que é falta de interesse.

Professora Juliana: Eles deveriam ser mais presentes e querer saber mais da criança e da creche. Ser mais presente na creche.

Professora Rebeca: É uma participação bem pouca, não existe participação, a participação deles é deixar o filho aqui e ir pra casa e depois virem buscar.

Professora Juliana: É esse contato com as famílias, quando é preciso passar que as crianças estão com algum problema, diarreia, dente nascendo, precisando comprar remedinho para passar etc. Então a principal dificuldade é eles acharem que o filho está bom e não precisa desses cuidados. Alguns aceitam muito bem, tiram os piolhos, trazem até pentinho fino, para gente passar, traz a tesourinha pra gente cortar as unhas, por que as crianças só deixam cortar na creche e não deixam cortar em casa. Tem uns que são ótimos, por que existem pais e pais, e têm outros que não, em casa ele só faz “coco duro”, lá em casa ele não faz isso, não faz aquilo, lá em casa não tem piolho, se pegou, pegou aqui, vou vir aqui pra descobrir qual a criança que tem piolho, não é o meu, vocês é que tem que resolver, tem diferentes casos, e uma dificuldade bem grande.

A fala das professoras deixa claro que para muitos pais a creche é, um lugar onde podem deixar seus filhos enquanto trabalham sem precisar preocupar-se com os cuidados que receberão, tampouco precisarão pagar mensalidades ou outros valores que poderiam afetar o orçamento familiar. Esses pais não participam das reuniões e não procuram interagir, de nenhuma maneira, com a creche e com as professoras.

Diferentes seguimentos legais ressaltam a família e a escola como a principal fonte e marco essencial no desenvolvimento humano da criança, sendo eles: Política Nacional de Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação. Com base nisso, o Ministério da Educação visa acompanhar os avanços, visando constituir políticas públicas em prol de uma educação de qualidade para todos. Rudnesco (2003), por sua vez, aponta que a família é uma organização insubstituível para a constituição de sujeitos em desenvolvimento, ressaltando a importância das famílias como entidades presentes na vida das crianças.

4.3 INSTITUCIONAL

Parte-se, então, para a análise das entrevistadas a respeito do âmbito institucional, ou seja, no que se refere ao elo constituído pela instituição educacional, os pais e os professores.

4.3.1 Ausência de projetos

Quanto maior for a interação entre os pais, a instituição e os/as professores/as, mais sintonia terão no atendimento educacional da criança. Nesse diálogo estabelecido a instituição explicita a família as intencionalidades educativa, podendo ambos contribuir para o percurso formativo da criança. Segue a consideração de uma professora a respeito dessa parceria institucional:

Professora Juliana: Acredito que a creche também pena um pouco, eu acho que deveria ter mais reuniões. Temos um projeto da horta, onde as famílias participam, nesse cuidado, mas ainda não foi colocado em prática.

A falta de projetos educacionais que integram famílias e creche dificultam o diálogo, e possibilitam o afastamento dos pais, pois estes não se sentem chamados, convidados a participar da vida escolar de seus/suas filhos/as e, muitas vezes, acabam com receio de interferir. Esta prática acaba resultando no distanciamento das famílias no cotidiano escolar.

A partir deste panorama, podemos verificar o quanto a escola apresenta dificuldades em oferecer uma comunicação que estimule a relação família-escola, criando um espaço de acolhimento dos pais, de modo que eles possam se sentir aceitos, conhecer o trabalho realizado e contribuir para esta tarefa sem que tenham de se tornar os “professores particular” dos filhos fora do espaço escolar (PEREZ, 2007, p. 17).

Contudo, a creche é uma instituição educativa que visa atender em período integral grande quantidade de crianças pequenas e, assim, é de grande relevância a atuação da família em seu cotidiano. Desta forma, torna-se necessário desenvolver iniciativas que visem aproximar a família do trabalho educativo realizado nas instituições, por meio de medidas pedagógicas e administrativas. É necessário refletir quanto ao tipo de proposta que se pretende compartilhar com os pais em relação à criança, quais os objetivos desta proposta e para qual a criança está sendo mediada.

A comunicação e o relacionamento frequente entre as pessoas envolvidas no processo educativo refletem diretamente no desenvolvimento das crianças atendidas pela creche.

4.3.2 Criação de métodos na relação família e professor e barreira no relacionamento

Podemos partir do pressuposto que a aprendizagem está atrelada às relações mediadas, e portanto, essas relações constituem o sujeito, propulsionando o desenvolvimento. Conforme Bock *et al* (1999, p. 124-125)

A escola surgirá, então, como lugar privilegiado para esse desenvolvimento e/ou aprendizagem, pois é o espaço em que o contato com a cultura é feito de forma sistemática, intencional e planejada. O desenvolvimento – que só ocorre quando situações de aprendizagem o provocam – tem seu ritmo acelerado no ambiente escolar. O professor e os colegas formam um conjunto de mediadores da cultura que possibilita um grande avanço no desenvolvimento da criança.

A família e a instituição de educação infantil enquanto ambientes necessários ao processo de aprendizagem tem como principal objetivo o ato educativo, emergindo como atitudes essenciais ao desenvolvimento humano.

Na fala das professoras:

Professora Rebeca: Das crianças da sala, apenas uma mãe aceitou fazer agenda, então por meio dessa agenda estabelecemos um contato maior e sempre conversando pela agenda. Um meio de ter essa relação mais amigável. Quando eles vêm buscar, eu peço pra levar as crianças até na frente e tento conversar.

Com base nisso, faz-se necessário que se estabeleça relações entre famílias e creche, levando em consideração que as crianças se desenvolvem por meio dessas instituições, seus contextos e membros, tendo responsabilidades indispensáveis no processo de desenvolvimento infantil, fazendo com que qualquer problema de um dos lados afete o outro.

Sendo de suma importância que se investigue as circunstâncias que têm afastado a participação dos pais na creche, busca-se conhecer o contexto das famílias das crianças, quais suas dificuldades e demais características. Assim, a partir do conhecimento sobre a realidade da comunidade educativa, elaborar estratégias pedagógicas compatíveis com a realidade dos educandos e avaliar as ações dos professores em busca de melhorias no processo educativo se faz indispensável. Sobre isso Perez (2007) aborda que:

Poderíamos pensar em melhorias na relação família escola, refletindo sobre a necessidade de a escola conhecer mais a realidade de seus alunos e o que as famílias desejam para seus filhos. Mais do que isso, seria importante a escola adquirir meios de estabelecer uma comunicação mais eficiente e equilibrada com as famílias, no sentido de discutirem dificuldades presentes na educação das crianças, buscando de forma coletiva encontrar estratégias adequadas para o enfrentamento e incentivo à escolarização, pautadas por uma relação família-escola que considere a diversidade de características inerentes a cada instituição. (PEREZ, 2007, p. 168).

Em uma relação satisfatória entre família e creche, fica estabelecido o ganho para ambas as partes do processo educativo. Assim, é necessário que se desenvolva uma parceria de forma efetiva e contínua, para que a família não atribua somente à escola a responsabilidade pelo processo formativo da criança, do mesmo modo que a escola passe a abrir espaço para a participação da família, não somente em eventos de cunho escolar, como em reuniões de pais, mas, uma participação que, cotidianamente, os pais e responsáveis se conscientizem da importância de sua atuação constante no processo educativo e participem ativamente na educação escolar de seus filhos.

Professora Rebeca: Mas a coordenação não quis adotar esse método da agenda. Por que tudo o que acontecesse teria que passar por ela, eu acredito que não deve ser assim. Eu como professora adotei esse método. A coordenação/creche, não tem o costume de chamar os pais pra virem até a instituição pra conversar. Estabelecemos uma conversa quando os pais vêm buscar os seus filhos. Quando necessário a coordenadora fala no horário de chegada ou na hora da saída que caiu, sobre alguma doença, ou alguma outra coisa, como se comportou durante o dia. Mas é mais nesse horário de chegada e saída. Tenho o costume de passar tudo pra coordenação o que acontece, aí ela se encarrega de passar para os pais.

Percebe-se, pelas palavras da professora Rebeca, que ela gostaria que houvesse uma interação maior entre pais e creche, ela acredita na necessidade de chamar os pais a participar mais ativamente, porém, a própria creche não adota tal política e, com isso, o professor fica bastante limitado em sua atuação para com a família.

Segundo Alarcão (2001):

[...] a escola precisa ser reflexiva, pensando continuamente em si própria, revendo sua função social e organizativa, buscando propiciar ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes e capacidades que permitam ao indivíduo viver, conviver e intervir em sociedade, em interação com os outros cidadãos.

Assim a criança deve ser inserida em um contexto social, político, econômico e cultural em que os sujeitos se constituem nas e pelas interações. Estabelecendo uma inter-relação entre famílias e escola.

Professora Rebeca: Deveria ter mais oportunidade para os pais se aproximarem. Pois está faltando espaço para os pais estarem entrando na creche. A creche não dá tantas oportunidades dos pais, virem e estar participando junto. A coordenação barra a entrada dos pais.

Professora Leila: Quando tem alguma coisa acontecendo, passamos para os pais nesses momentos, ou manda um bilhete na mochila. Sempre tento conversar no horário de entrega, mas quando não consigo, eu mando um bilhete na bolsa (...). É esse o vínculo que eu tenho de conversar, e estabelecer um contato com elas. Já somos conscientes de que vai ter aqueles pais, que vão ter mais atenção e daqueles que não. Sempre esperamos que no próximo ano melhore, mas infelizmente não é assim. Estou na instituição, à disposição para quem quiser vir e conversar. Quando eu preciso, eu ligo, ou peço pra chamar quando eu preciso. Mas não tenho nada, além disso.

A professora Rebeca deixa claro que espera por mudanças no relacionamento entre creche e pais, tendo em mente que existe uma necessidade latente pelo estreitamento nessa comunicação para que todas as partes compreendam o que acontece com o aluno, o que está faltando, qual seu desenvolvimento, suas dificuldades, enfim, sua realidade escolar.

O envolvimento dos pais com o cotidiano escolar de seus filhos torna-se um instrumento essencial para o sucesso do trabalho escolar, como define a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, LDB, 1996):

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica

A partir desse cenário, a instituição, muitas vezes, falha na articulação entre suas atividades e o fato de receber cotidianamente os pais, que acabam por apenas deixar e buscar seus filhos no portão, desconhecendo o trabalho realizado na instituição. Com isso, cria-se nos pais certa insegurança em relação ao desenvolvimento de seus filhos, pois não sabem de modo claro e específico, o que vem acontecendo.

Neste sentido, pode-se afirmar que é necessária a realização de trabalhos que estimulem a participação das famílias, de modo a contribuir para a qualidade do trabalho com as crianças. Entretanto, para que isto ocorra, é importante que a escola busque conhecer a realidade das crianças e de suas famílias, procurando as melhores práticas educativas, assim como a oferta de atividades que se adaptem as características da comunidade escolar.

4.3.3 Expectativas em relação às famílias

Na creche analisada, existe uma demanda das professoras para que as famílias sejam chamadas a participar, para que pais e professores tenham um relacionamento direto e honesto, de modo que o professor possa relatar as dificuldades e conquistas da criança e com a criança e, do mesmo modo, os pais possam relatar suas expectativas ou frustrações com os resultados dos filhos.

Professora Juliana: Eles deveriam ser mais presentes e querer saber mais da criança e da creche. Ser mais presente na creche. Eles deveriam participar mais da creche, mais interesse pelos filhos, pra saber o que seus filhos comem na creche, o que eles vêm fazer. Se ele é bem cuidado.

Bhering e Nez (2002) definem a importância da relação família e creche nos primeiros anos de aprendizagem da criança, afirmando que:

A importância do envolvimento de pais nesta fase é então auto-explicativa: a família e escola/creche, juntas, podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem e convivência que realmente vão de encontro às necessidades e demandas das crianças e de ambas as instituições. Apesar de haver diferenças distintas entre as obrigações da família e da escola, há também responsabilidades e objetivos comuns entre elas. Criar condições, ambientes e atividades favoráveis para o desenvolvimento da criança é um dos objetivos (e desejos) de ambas as instituições. A família e a escola dividem e partilham suas responsabilidades no que diz respeito à educação e a socialização das crianças. Desta forma, o envolvimento de pais na escola/creche é, atualmente, considerado um componente importante e necessário para o sucesso das crianças. (BHERING; NEZ, 2002, p. 65).

É essencial citar que juntos, creche, famílias e professores, têm uma grande capacidade de estimular as crianças, oferecer educação de qualidade, solicitar sua participação, identificar os resultados que eles obtêm e trabalhar para que tais resultados sejam sempre melhores. Todavia, conforme ressaltado, esse processo deve ocorrer de forma conjunta, apenas uma das partes esforçando-se, ainda que seja um grande esforço, não conseguirá alcançar tais objetivos.

Para as professoras:

Professora Juliana: Interesse pra saber onde é que estão os filhos, interesse em saber com quem eles estão com quem ele está. Interesse mesmo pra saber do dia a dia da criança na creche.

Professora Rebeca: Eu como professora esperava uma participação bem maior do que eles têm, muitos não vem nem nas reuniões que fizemos na escola e no dia a dia, eles nem chegam a conversar com a gente, pega na porta e vai embora. E eu gostaria que eles participassem mais, que viessem no dia a dia que conversasse comigo, que perguntassem e fizessem questionamentos e se importasse mais com a vida escolar de seus filhos. A participação deles é mais com a coordenadora do que com a professora que está diretamente com a criança. Então eu esperava que fosse diferente, pois a relação deveria ser maior comigo do que com ela que apenas recebe as crianças e entrega no final do dia.

Professora Leila: Lutamos para que os pais participem, por que nós precisamos da ajuda dos pais. Os pais precisam estar mais presentes na vida das crianças, no C.E.I. Espero que em reuniões, festas, que eles venham participar, que estejam presente, quando o professor solicitar que venham até a escola, estejam mais presentes. Eu gostaria que mais pais participassem, mas infelizmente a gente tenta, chama, mas alguns não participaram.

Professora Rebeca: Reuniões, vir buscar os filhos, conversar com a professora depois do horário, mandar um bilhete, dentro da bolsa, se tem alguma coisa errada, dar mais atenção, ver se estamos precisando de alguma coisa. Mais atenção nos filhos deles. Preocupação com os filhos. De querer saber como que estão os filhos.

Contudo são muitos os desafios presentes nessa relação família/creche, decorrentes de como os pais e professores se relacionam durante o processo de ensino e aprendizagem e da política institucional de relação família-creche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arranjos familiares alteraram-se gradativamente nos últimos anos. Enquanto no passado só seria reconhecida a família constituída de pai e mãe, legalmente casados, atualmente as famílias são monoparentais, homoafetivas, avós criam seus netos, entre tantas outras características.

Essas mudanças podem ser atribuídas, principalmente, às alterações ocorridas na sociedade e no perfil dos indivíduos, que não mais se atentam a relações tradicionais e buscam relações que lhes proporcionem satisfação pessoal e felicidade. Os diferentes arranjos familiares passaram a ser nomeados, pois muitos já existiam, mas não necessariamente tinham reconhecimento/visibilidade.

Cabe no conceito de família, atualmente, a percepção de que relações de afeto são mais importantes do que as relações sanguíneas, já que não mais se demanda de um parentesco para que a família seja instituída, mas sim de uma relação de atenção, carinho, respeito e auxílio, que só existe mediante o afeto entre as partes. A família, mais do que pai, mãe e filhos, é agora um conjunto de pessoas que se querem bem e, diante disso, auxiliam-se mutuamente, de modo que todas alcancem um desenvolvimento saudável e feliz.

Ao pensar as instituições de educação infantil, o fato é que estas intermediam as relações que constituem as crianças, porém, o desafio posto para as professoras é como lidar cotidianamente com a parceria, para que possam de modo conjunto com os pais, dialogar sobre as percepções de mundo, conceitos, regras, e tantos outros fatores importantes para o percurso formativo das crianças.

Quatro professoras foram entrevistadas e puderam expor sua opinião sobre o tema, além de relatarem a realidade que encontram em sua instituição todos os dias. Percebeu-se que os/as professores/as reconhecem a importância da participação da família no contexto institucional, além de compreenderem que quanto maior o envolvimento e apoio da família, melhores as relações estabelecidas no atendimento das crianças.

Todavia, estes mesmos professores/as declaram que muitos pais não se preocupam com o processo de aprendizagem de seus/suas filhos/as, restringindo o olhar ao serem bem tratados por professores e colegas e se estão bem alimentados no fim do dia, quando vão para suas casas. É claro que tais preocupações são importantes e devem ser mantidas, porém, buscar compreender como está o desenvolvimento das crianças no que tange sua aprendizagem é essencial.

No entanto, os/as professores/as sabem que não se pode culpar apenas os pais por essa distância entre eles e a creche, pois os mesmos apontam para o fato de que a própria instituição não desenvolve atividades que chamem os pais para a convivência mais próxima da instituição ou, ainda, criam barreiras, de modo que os pais sentem-se inconvenientes quando tentam aproximar-se da instituição. Pode-se citar que muitas instituições acabam por estabelecer barreiras entre elas e os pais, de modo que estes entreguem e busquem seus filhos/as na porta da escola, sem entrar, sem ver aquilo que acontece, sem questionar, sem dar suas opiniões ou esclarecer suas próprias dúvidas. Neste sentido, as profissionais entrevistadas explicitam que a participação dos pais na escola apenas se tornará uma atividade de fato, quando diferentes iniciativas forem adotadas. Em primeiro lugar, pais e responsáveis precisam ser conscientizados sobre seu papel em acompanhar o percurso formativo de seu filho/a.

Importante citar que a presente pesquisa não foi capaz de esgotar o tema, considerando-se sua amplitude e as diferentes nuances que o constituem. Todavia, tornou-se possível perceber que o futuro da educação e a qualidade dessa passa, necessariamente, pela parceria pais/escola/professores.

As barreiras existentes são extremamente profissionais para todos os envolvidos, quais sejam, a creche, os pais, os professores e as crianças, pois cada um acaba tendo uma atuação apenas parcial dentro de suas estruturas, tornando confusa a vida do aluno, que na escola recebe instruções e está sujeito a normas que, muitas vezes, são diferentes do que o aluno encontrará em casa.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BHERING, E. e DE NEZ, T. B. **Envolvimento de pais em creche**: possibilidades e dificuldades de parceria. *Psic.: Teor. E Pesq.*, Abr 2002, vol. 18, no. 1, p. 63-73.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Legislação. Brasília, 2005.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer homologado pelo despacho do Ministro, publicado no D.O.U de 9/12/2009^a, Seção 1, p.14.
- _____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Orientações para criação e funcionamento/Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2010.**
- _____. **Lei 9.394 de 20/12/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- _____. Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13. Ed São Paulo: Saraiva, 1993.
- CARVALHO, Ana Maria O. T. **Pais na creche**: arte do dialogo entre educadores e família. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 689-692, mai/ago. 2005.
- CASANOVA, Letícia. FERREIRA, Valéria Silva. Famílias de crianças e escola: relações em foco. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 1, p. 51-63, jan./abr. 2011. Disponível em: < <http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v14n1/05.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2014.
- DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas 1995.
- DILL, Michele Amaral. CALDERAN, Thanabi Bellenzier. Evolução histórica e legislativa da família e da filiação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 85, fev 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9019>. Acesso em: 23 ago. 2014.

- FONSECA, Cláudia. **A história social no estudo da família**: uma excursão interdisciplinar, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994
- GOKHALE, S. D. A família desaparecera? In: **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, CBSSIS, n. 30, ano XVI, 1980.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JARDIM, A. P. **Relação entre família e escola**: proposta de ação no processo de ensino-aprendizagem. Presidente Prudente, 2006.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e individualismo**: Tendências contemporâneas no Brasil. Brasília. 2001.
- MARANHÃO, Damaris Gomes. SARTI, Cinthia Andersen. Creche e família: uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 171-194, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a08v38n133.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2014.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A família**: conceito e evolução histórica e sua importância. Portal jurídico on-line. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.pesquisadireito.com/a_familia_conc_evol.htm>. Acesso em: 02 de março de 2014.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**/Silvio Luiz de Oliveira: revisão Maria Parecida Bessana. São Paulo: Pioneira, 1997.
- PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.
- PEREZ, M, C, A. **Infância, família e escola**: práticas educativas e seus efeitos no desempenho escolar de crianças das camadas populares. São Carlos, SP: Suprema, 2007.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.634
- PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Artigo do Instituto Catarinense de pós-graduação. Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2014.
- PAROLIN, Isabel. **Professores formadores**: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2005.

SIMIONATO, Marlene Aparecida W. OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo dos anos**. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07simionato03.pdf>> Acesso em 23 ago. 2013.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4 ed. São Paulo: atlas, 1996.

SAMARA, E. M. **O que mudou na Família Brasileira da colônia a atualidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004.

SARTI, C. Famílias enredadas. In (orgs.). ACOSTA, Ana Rojas. VITALE, Maria A. Faller (org.) **Família**: Redes, laços e políticas públicas. Ed. 4. São Paulo: Cortez, 2007.

SZYMANSKY, Heloisa. **Relação família/escola**: desafios e perspectivas. 2. ed. Brasília: Editora Liber Livro, 2007.

WALD, Arnoldo. **O novo direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANEXO A: PESQUISA: RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Eloisa dos Santos Destro

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

Nome:

Escolaridade:

Idade:

Trajetória profissional: tempo de serviço

Carga horária que trabalha nessa instituição:

Vínculo com a instituição:

Quanto tempo como professora:

Quanto tempo na instituição

Questões para a entrevista

1. Para você: o que é família?
2. Você conhece como são organizadas as famílias de seu grupo? Descreva.
3. Como professora, que participação você espera por parte dos pais em relação à:
 - a. C.E.I
 - b. Professora
 - c. Na vida da creche dos filhos/as
 - d. Na aprendizagem dos filhos/as
4. O que você julga participação efetiva dos pais?
5. Como você considera sua relação com as famílias de seus alunos?
6. Quando você contata/chama a família eles comparecem? Em que situações você estabelece esse contato? Em que momentos vêm à escola?
7. Quais as principais dificuldades e demandas na relação com os pais?
8. Como você caracteriza sua ação em relação à criação de vínculos com a família das crianças?
9. Como é a participação da família em relação à:
 - a. C.E.I
 - b. Você

- c. Vida escolar de seus filhos/as
- d. Aprendizagem de seus filhos/as
- 10. Em sua opinião, o que leva a família a se envolver, com as questões do cotidiano da creche? E quais as consequências mais visíveis para a criança dessa participação?
- 11. Quais as questões do cotidiano da criança que são apontadas por você professora ao diálogo com as famílias?
- 12. Cite situações que tenham acontecidos.
- 13. Quais são suas expectativas com relação a participação da família na instituição? Foram alcançadas?
- 14. Quais as estratégias que você professora utiliza para aproximar-se das famílias?
- 15. Você ao longo do ano tem criado parcerias com as famílias? Em que sentido?
- 16. Existe projeto institucional de parceria com as famílias?